**O ORNITORRINCO URBANO COMO FORMA DE EXPRESSÃO DO ESPAÇO E DA CIDADE**

***Moreira, Allan Barbosa.1; Baptista, Vinicius Ferreira.2***

1 Bacharel em Políticas Públicas (UFF)/ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ), membro do Laboratório de Análise Política e Gestão Pública (LAPOGEP), e-mail: allanmoreira@id.uff.br

2 Doutor em Políticas Públicas (UERJ)/ Professor adjunto do Departamento de Administração Pública (UFRRJ) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ) e Ciência Política (PPGCP/UNIRIO), e-mail: viniciusferbap@ufrrj.br

**RESUMO**

Este ensaio busca contribuir teoricamente sobre desenvolvimento territorial e regional recente. Partimos da noção “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira como forma de interpretar o subdesenvolvimento brasileiro. Metodologicamente os elementos que permeiam este processo evocam a literatura marxista para sua interpretação. Desenvolvemos a expressão “ornitorrinco urbano” como sendo mais uma forma de expressão do espaço e da cidade, em que pese, suas condições econômicas, políticas, sociais e ambientais. O “ornitorrinco” se apresenta como um adjetivo que representa a dialética do “avanço” econômico em detrimento do “atraso” social, já o “urbano”, como termo agregado, se concentra na análise estrutural dos espaços e dos lugares. Isso posto, podemos compreender como o conceito d’ornitorrinco urbano pode ser utilizado na definição empírica dos lugares. O espaço urbano, portanto, tem ressignificado seu alcance, em que estes constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-partícipes de uma lógica própria de práxis urbana.

**Palavras-chave:** Ornitorrinco urbano; Cidade; Desenvolvimento; Urbano; Espaço Urbano.

**ABSTRACT**

This essay aims to contribute theoretically to recent territorial and regional development. We started from the notion of “platypus” by Francisco de Oliveira as a way of interpreting Brazilian underdevelopment. Methodologically, the elements that permeate this process evoke Marxist literature for its interpretation. We developed the expression “urban platypus” as being another form of expression of space and the city, despite its economic, political, social and environmental conditions. The “platypus” presents itself as an adjective that represents the dialectic of economic “advancement” to the detriment of social “backwardness”, while “urban”, as an aggregate term, focuses on the structural analysis of spaces and places. That said, we can understand how the concept of "urban platypus" can be used in the empirical definition of places. The urban space, therefore, has re-signified its reach, in which they build a symbiosis that are not opposing or dual elements, but co-participants in a logic proper to urban praxis.

**Keywords:** Urban platypus; City; Development; Urban; Urban Space.

**1. INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é a de contribuir para a literatura sobre desenvolvimento urbano, na etapa em que os impactos derivados do processo de industrialização ganham maior relevância na arena de estudos urbanos e territorial. O exame que se constrói centra sua atenção nas transformações estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, provocados pelo processo de urbanização, num contexto de estabelecimento do sistema capitalista enquanto modo de produção.

Este trabalho se inscreve ao lado de outros surgidos recentemente, que buscam elaborar novas formas de pensamento sobre o fenômeno urbano; neste sentido, assim como este artigo, o trabalho de Ester Limonad (2007), sobre “urbanização dispersa”, como mais uma forma de se interpretar as novas dinâmicas urbanas, buscam incentivar a reflexão de como se reorganiza as atividades produtivas dentro da lógica da expansão territorial das forças produtivas. citemos, entre outros, Carpintero (2007), Monte-Mór (1994) e Reis (2006), ainda sobre os fenômenos de urbanização dos lugares.

A releitura que se tenta neste artigo, suporta-se teórica e metodologicamente num terreno do materialismo dialético, sobre a etapa da industrialização como “setor-chave para a dinâmica do sistema capitalista” (OLIVEIRA, 2013, p. 29), que ao se enraizar localmente, oferece frutos econômicos que, por sua vez, irá orientar politicamente o percurso de desenvolvimento das coisas e dos lugares. Partimos, portanto, das dimensões socioeconômicas e político-institucionais que impactam na reorganização de territórios, processos, dinâmicas e expectativas do sistema capitalista.

O fenômeno que aqui será exposto, baseia-se na releitura “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira (2003), como uma tentativa de se interpretar o desenvolvimento urbano e territorial, influenciado pelos processos de financeirização dos lugares, “atualizando” seu conceito dentro de uma proposta de se postular novas dinâmicas empíricas após 18 anos de sua publicação. O conceito “d’ornitorrinco urbano” surge como uma nova perspectiva de pensamento para o velho desenvolvimento econômico posto em prática.

Não poderíamos conceituar o ornitorrinco urbano, sem dispor de uma releitura crítica do clássico “d’ornitorrinco”, ao qual propusemos já no próximo capítulo. Anterior à definição do urbano, em síntese, aproveitamos o enredo teórico para discutir ruralidades à luz do processo de urbanização. Em seguida, partimos em busca de possíveis definições para o fenômeno urbano, como conceito agregado à literatura trabalhada. Finalmente, na quarta parte deste artigo, definiremos o conceito d’ornitorrinco urbano como mais uma forma de expressão urbana.

**2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS D’ORNITORRINCO**

Foi em 2003, que o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira publica seu ensaio, intitulado “O ornitorrinco”, como uma atualização do clássico “Crítica à razão dualista”, publicado em 1972, pelo mesmo autor. Esta pugna de se interpretar o desenvolvimento dos países periféricos, embasada pela literatura marxista, mostra que os elementos “arcaicos” e “modernos” presentes nas sociedades subdesenvolvidas eram associados e resultavam no desenvolvimento do capitalismo. Em “O ornitorrinco”, Oliveira (2003) identifica uma sociedade brasileira híbrida, algo de difícil definição e classificação.

Em linhas gerais, este processo trazido por Oliveira (2003), de caráter interpretativo sociológico, tem inspiração em trabalhos anteriores de autores, a exemplo de: Cardoso & Faletto (2004), cuja ênfase recaia na dinâmica política entre as classes e grupos sociais no bojo das relações entre econômicas desenvolvidas e periféricas; Fernandes (2005), que aborda o drama da origem burguesa brasileira, que não soube conciliar revolução econômica e revolução social, cabendo assim, ao Estado ser o elo entre interesses privados e o poder público; Furtado (2009), que propunha o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição específica de uma parte do sistema capitalista; por fim, Marini (2012), articula a industrialização na periferia capitalista ao subimperialismo brasileiro junto às classes sociais e o caráter de classe no Brasil, destacando o papel da burguesia nacional no capitalismo dependente.

Estas quatro referências foram produzidas entre as décadas de 1960-1970, onde se conjugava as mediações entre o “moderno” e o “arcaico” nas estruturas de desenvolvimento capitalista e a posição do Brasil neste sistema, ao passo em que se analisava estas mediações na própria formação das classes sociais e na estrutura produtiva do país. O conceito “d’ornitorrinco”, portanto, surge num contexto distinto: um processo de globalização das coisas e urbanização dos lugares promovido pela investida do sistema neoliberal nos países em desenvolvimento. Ainda, este conceito nasce como espelho das relações políticas, econômicas e sociais, ao qual se conjugam uma interpretação alternativa sobre o subdesenvolvimento no Brasil. Neste processo, tendo como premissa a necessidade de se postular um conceito que sumarize o “avanço” das estruturas econômicas em cotejo com o “atraso” postulado pelas desigualdades sociais e segregação dos espaços, nasce a metáfora “d’ornitorrinco”.

Este fenômeno que situa a forma da vida urbana, paradoxalmente irá mensurar a problemática atuante da cidade e da realidade urbana. Não apenas fenômenos teóricos, mas também realidades empíricas, das mudanças sociais, econômicas, ambientais, institucionais e demográficas, ao qual se associa a dialética rural-urbano, que fundamenta a noção “d’ornitorrinco” como um elemento chave dos processos de avaliação teórica dos lugares.

Essa classificação dos lugares, proveniente da “produção capitalista do espaço”, irá definir a noção de “atraso” e “avanço” dos lugares, sobretudo, como estes conjugam em formas únicas, peculiares à um contexto de subdesenvolvimento como marca do desenvolvimento brasileiro. Portanto, para além de conceitualizar uma condição ambiental *scritu sensu* dos lugares, poderá auxiliar em dimensionalizar a quimera da cidade contemporânea, marcado pelo “modelo dual-estruturalista cepalino, do distanciamento cumulativo entre os setores ‘moderno’ e ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013, p.37).

A noção de “atraso”, segundo Oliveira (2013), especificado pela forma brasileira do subdesenvolvimento, é entendido sobre a precarização de elementos sociais à ganho do setor financeiro, isto é, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (p. 32). Logo, a noção de “atraso”, como instrumento da reprodução das relações capitalistas, engendrado por estruturas rústicas, como a “acumulação por espoliação”, “ao se descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista” (p. 43) irá determinar como o “atraso” se encaixa no mosaico da sociedade capitalista. Percebe-se, assim, como destaca Furtado (2009), que não se trata de uma etapa do processo de desenvolvimento, mas uma caracterização própria.

Ainda, a noção do “atraso”, inclusive, abrange a estrutura “atrasada” da base produtiva, a qual é capaz de absorver ainda mais a mais-valia do trabalhador. Isso permite um grau de expropriação da massa trabalhadora de forma que a taca de lucro é expressiva.

Já a noção de “avanço”, em Oliveira (2013), se percebe não apenas pelo excesso de estruturas econômicas e urbanização dos lugares, este, entretanto, é identificado através da passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial, “cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado, construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (p. 42). Como apontam Marini (2012) e Fernandes (2005), este “avanço” é igualmente um fenômeno associado ao sentido periférico em que a estrutura se encontra. Logo, como destacam Cardoso e Faletto (2004), é um “avanço” na medida de sua inserção periférica na ordem capitalista.

Portanto, este conjunto de elementos, no plano teórico, significa a produção da expansão capitalista ou subdesenvolvimento (se se preferir ocultar o adjetivo econômico). Este “avanço” envolve tanto estruturas produtivas como até mesmo elementos legais, como certos “benefícios”, os quais não significam ganhos reais à massa, mas uma forma de o capitalista manter uma relativa taxa de lucro em um sistema em que a exploração é latente.

Deste modo, sobre a necessidade de se criar um conceito que possa definir a realidade contemporânea, o “ornitorrinco” permite sua aplicação relativa ao surgimento do urbano e suas complexidades. Seu uso metodológico e conceitual, descreve a sociedade do século XXI, engendrada a um caráter particular e diferenciado de desenvolvimento, preso a um impasse evolutivo, onde “avanços” se coadunam à “atrasos” que não apenas incidem, mas marcam a estrutura socioeconômica e política-institucional, em contexto truncado. Um desenvolvimento, portanto, “desigual e combinado”, como aponta Coggiola (2004). Assim, sobre este entendimento, citamos Chico (2003) na íntegra:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançado, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres (p. 132).

Portanto, assim como Oliveira (2013), outros autores também discutem as contradições econômicas e sociais de países de capitalismo periférico. Os estudos sobre as particularidades do desenvolvimento social russo produzidos por Trotsky (1978), trazem outro conceito para a arena de discussão da problemática urbana: o conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, complementado a um estado da arte dos estudos sobre o planejamento urbano e territorial. Neste meandro, surge uma discussão mais profunda sobre a escalaridade do “ornitorrinco”, isto é, Coggiola (2004) explicita, que a “lei do desenvolvimento desigual” e a “lei do desenvolvimento combinado” são corolários, ou seja, “a junção de duas leis intimamente relacionadas interage e influenciam-se reciprocamente” (p. 6).

Portanto a “desigualdade” e a “combinação” como fator que denomina a noção de “desenvolvimento” dos lugares, dialoga de maneira muito precisa com o “avanço” econômico e o “atraso” social como trunfo do fortalecimento das relações capitalistas, como ilustradas pelo “ornitorrinco” de Oliveira (2013). Tal processo é ressaltado em Fraser (2015) no sentido de que este mecanismo, fortalece e institucionaliza o sistema financeiro capitalista, colocando-o como parâmetro à tomada de decisão no âmbito do Estado a partir das dimensões de racionalidade, alocação ótima de recursos, eficiência e efetividade da ação do Estado, além da economicidade dos recursos públicos – assim, o interesse público é substituído pelos interesses do mercado na ação diretiva do Estado.

Ainda sobre a interação dialética do “desenvolvimento desigual e combinado”, onde os países “atrasados” assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações “avançadas”, numa espécie de “salto histórico”. Segundo Trotsky (1978):

não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas do seu passado [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade a um caráter irregular, complexo, combinado (p. 40-41).

Tanto a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” quanto o conceito “d’ornitorrinco”, segundo Pochmann (2001), estão relacionados ao contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que pese, os países do “terceiro mundo” se responsabilizam pela matéria-prima a baixo custo e os países de “primeiro mundo” retornam em produtos de baixa qualidade e com alto valor agregado. Aqui, a DIT é tecnológica, política e social.

Por fim, nesse sentido, Trotsky (1978), diz que o “desenvolvimento desigual e combinado” pode ser observado tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais, e neste intelecto a ocorrência de diferentes taxas do crescimento dos ramos da economia, da sociedade e suas instituições delimita sua conceitualização do termo. E com isso, podemos expandir em vias geográficas o termo do “desenvolvimento desigual e combinado” em caráter “espacial” fomentando o debate acerca das dimensionalidades dos lugares através da dialética do rural e do urbano.

Após compreender o conceito “d’ornitorrinco” e anexar a discussão sobre a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, sugere-se penetrar sobre a dialética do rural e do urbano. Afinal, é dentro da arena crítica sobre as formas de expressões urbanas, ao qual, se conjuga o processo de desenvolvimento, que surge a discussão das relações de “atraso” e “avanço”, do campo e das cidades.

**2.1. A dialética rural-urbano na lógica do ornitorrinco**

Os desdobramentos metodológicos sobre a classificação dos lugares, entrelaça uma série de questionamentos, pois existem muito critérios de mensuração dos lugares, cujo o objetivo se resume em interpretar seu perfil de desenvolvimento. Nesta premissa, autores como Veiga (2007), Favareto (2007) Kageyama (2008), Wanderley (2013) e Medeiros (2014), se debruçam sobre o conceito de rural e ruralidade, a oposição cidade-campo e as transformações do campo no período recente e a emergência de novas ruralidades, advindas principalmente do processo de urbanização dos lugares.

Em orientação teórica, sob a perspectiva de mensuração teórica dos lugares, pode ser definido como rural, segundo Baptista (2001, p. 55):

estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos.

Ainda, sob a definição do “rural”, agora sobre a perspectiva do urbano, afinal, os “elementos caracterizadores” foram responsáveis pela modificação do espaço do campo, ao qual, através da expansão industrial, comercial e imobiliária, se modificou ao longo do tempo, portanto:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos. (BAPTISTA, 2001, p. 55)

Surge através da discussão do campo e das cidades, a necessidade de se empregar determinadas ferramentas metodológicas, cujo fim se baseia na interpretação do nível de ruralidade ou urbanização dos lugares. Para tanto, metodologicamente é necessário o emprego de mecanismos capazes de se mensurar a realidade dos lugares, seja teoricamente, como outrora Oliveira (2013) e Trotsky (1978) o fizeram, ou empiricamente, a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento. Contudo, avaliar o fenômeno de desenvolvimento torna-se tarefa difícil, sendo necessário casar o conceito de desenvolvimento utilizado com as dimensões consideradas e com a disponibilidade de dados (KAGEYAMA, 2008).

Kageyama (2008), sugere o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) que procura reunir numa medida-síntese elementos que permitem classificar seu grau de desenvolvimento. Via de regra, o IDR é apenas um índice bruto, mas pode ser um passo inicial para se mensurar uma dada realidade local, e entender como se estabelece o “atraso” e o “avanço” dos lugares e suas dinâmicas.

Contudo, para o cálculo dos indicadores propostos por Kageyama (2008) em termos municipais seria necessário a disponibilidade de uma série de dados que não existem em nível no Brasil. Por essa razão são necessárias adaptações metodológicas dos indicadores propostos por Kageyama (2008) para que se torne viável a análise do desenvolvimento rural-urbano dos lugares.

Por fim, após desenvolver o conceito “d’ornitorrinco” e trazer o debate do “atraso” e do “avanço” das sociedades por meio da discussão da “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” de forma que possa aludir sua aplicação teórica sobre as tecnologias que permitem classificar o desenvolvimento local através de indicadores, dentro da dialética rural-urbano, propomos no próximo capítulo, discutir o fenômeno do urbano, e como este adjetivo ajuda a pensar o “ornitorrinco”.

**2.2. O urbano como termo agregado ao ornitorrinco**

Genericamente o fenômeno urbano em síntese é interpretado como um *continuum* do processo de desenvolvimento intrassetorial e infraestrutural para outras localidades. Na verdade, o processo de urbanização, possui dois aspectos diferentes. Por um lado, há a questão da definição do fato urbano em oposição ao rural, e a enumeração das características essenciais da cidade. De outro, a definição específica de cada país, para fins estatísticos, e definir o limite a partir do qual a cidade pode começar a ser chamada de entidade distinta dos núcleos rurais ou semi-rurais (CAPEL, 1975).

Neste capítulo planejamos definir o conceito do urbano e todo o conteúdo teórico que o cerca, através de um breve levantamento bibliográfico. Porém, para além de conceitualiza-lo planejamos construir um debate que dialogue com o subdesenvolvimento como nexo a discussão de “atraso” e “avanço” dos lugares ao qual se situa o “ornitorrinco”.

Monte-Mór (2007, p. 10) desenvolve um excelente ponto de partida para este momento do texto:

Os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação.

A cidade e o campo, assim como a fundamentação teórica “d’ornitorrinco”, portanto, apresentam-se como elementos socioespaciais opostos e complementares, que definem o nível de desenvolvimento urbano dos lugares. Monte-Mór (1994, 2007) é um arquiteto e urbanista brasileiro, que junto aos ensinamentos de Henri Lefebvre (2016), discute o fenômeno urbano e toda aurora que o cerca.

Já Henri Lefebvre (2016), filósofo marxista e sociólogo francês, atravessa o terreno da formação da cidade, como nexo de controle de desenvolvimento, para construir sua crítica do urbano, e mais tarde, através do seu estabelecimento, a discussão vis-à-vis sobre o direito à cidade. Com isso, sobre as veredas da cidade industrial, Lefebvre (2016), situa sua noção do urbano, como uma espécie de terceiro elemento, da síntese dialética da dicotomia cidade-campo.

No entanto, é fundamental entender que a cidade industrial do século XIX e início do século XX foi responsável pela origem de uma nova forma de urbanização, onde este, passa a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo, cujo espaço construído, por vias do trabalho, produção e consumo, legitima o processo de urbanização intensiva dos lugares, ao qual se coaduna a vida na cidade, e que se expande para além dela (MONTE-MÓR, 2007; LEFEBVRE, 1999, 2013).

Para apresentar o urbano Lefebvre (1999) sugere um ponto de partida: o processo de industrialização, interpretado pelo autor, como motor de transformação da sociedade, ao qual, caracteriza a sociedade moderna. Esse processo empírico irá incentivar o surgimento do urbano. Logo, o fenômeno urbano está atrelado ao estado de natureza dos lugares, heterogeneizado pela reprodução das relações capitalistas. Portanto, em Lefebvre (2016, p. 20), o urbano pode ser descrito como “uma unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes” (p. 20). Neste percurso lefebvriano, encontram-se os “lugarejos ou as aldeias”, mas também os “burgos e as cidades” ambos como universo pertencente ao processo de urbanização dos lugares (LEFEBVRE, 1999, p. 19), isto é, define-se o urbano, dentro de uma práxis de estagnação das coisas e dos lugares, onde o mundo industrial e urbano surge para suprimir essa “monotonia” evolutiva.

Cronologicamente, 12 anos após a publicação do clássico “A Revolução Urbana” de Lefebvre (2013), o sociólogo espanhol marxista, Manuel Castells (1983), introduz novos elementos ao fenômeno de urbanização, numa dimensão mais política e menos geográfica, mas que também situa a problemática do subdesenvolvimento dos lugares. Em síntese, Castells (1983) diz que, o debate ideológico produzido pela classe dominante começa a influenciar diretamente no desenvolvimento desigual das cidades e entra em cena o projeto urbano, e com isso, a “planificação urbana”, caracterizado pela intervenção política, como elemento chave da manutenção das relações capitalistas, e por fim, o “movimento social urbano”, que irá inserir novas práticas sociais, que tende a transformar a estrutura espaciais do sistema urbano. Essa intervenção política na esfera de manutenção do espaço urbano, tal como, as novas práticas sociais, como demandas deste processo, ilustram como se articula o conceito “d’ornitorrinco”, dentro de um impasse evolutivo de estruturas econômicas a prejuízo das demandas sociais.

Por fim, voltamos aos estudos de Monte-Mór (2007) e sua definição do urbano contemporâneo, para consolidar e entender como este conceito é construído nas perspectivas recentes do Brasil. O urbano contemporâneo para o autor é identificado como uma “metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização [...] essa forma espacial herdeira e legatária da cidade que caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana” (p. 14). A perspectiva do *continuum* da cidade ao campo, irá estruturar o conceito do urbano em Monte-Mór (2007, p. 16), e é através deste que surge o conceito de urbanização extensiva, elaborado pelo mesmo autor, como sendo:

É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado de urbanização extensiva.

Nessa simbiose, à qual, se associa o *continuum* da cidade para o campo, definido por Monte-Mór (2007) como o fenômeno da “urbanização extensiva”, surge a discussão sobre a “produção capitalista do espaço”, afinal, a privatização dos setores responsáveis pela organização do espaço, acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial pelo Estado, onde o capital produz os espaços da cidade e não mais o contrário. Esta “produção capitalista do espaço” irá legitimar o “avanço” em detrimento do “atraso” (o ornitorrinco), influenciado, pois, por estruturas (sub)desenvolvidas dos espaços (sub)urbanizados.

Para definir o fenômeno da “produção capitalista do espaço”, utilizamos a singular e multidisciplinar perspectiva geográfica desenvolvida pelo geógrafo inglês David Harvey (2005, 2014). Suas concepções marxistas do Estado, das classes sociais, da acumulação, da urbanização e da renda, são elementos parte de índole essencialmente metodológica que buscam explicitar os fundamentos teóricos e conceituais do fenômeno urbano.

Em síntese, no capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda sociedade), isto é, a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria. Portanto, embasado pelo método dialético, a “produção capitalista do espaço” é sustentada pela “teoria da acumulação numa escala geográfica expansível” (HARVEY, 2015, p. 70), isto é, o acúmulo de capital e circulação de capital, tal como, os excedentes de mão de obra e de produção, constituem-se como elementos legitimadores da produção do espaço urbano, ao qual, a teoria da “produção capitalista do espaço” se associa. Assim, o espaço-mercadoria, sobre o nome de “produção capitalista do espaço”, se identifica como fruto do fenômeno urbano, e ajuda a entender quais narrativas surgem por detrás do estabelecimento das relações capitalistas após o processo de industrialização.

Por conseguinte, o conceito de “urbanização extensiva”, embora não utilizado por Oliveira (2003), traduz o produto oriundo do desenvolvimento econômico presente, ilustrado pela exploração capitalista de terras e territórios, ao qual o conceito da “produção capitalista do espaço” se apresenta. Em resumo, tais conceitos estão inseridos nesta crítica, apenas como forma de teorizar sobre os fenômenos intrinsecamente relacionados ao processo de urbanização dos lugares, ao qual o “ornitorrinco” se determina.

Nos referimos, portanto, a quatro conceitos penetrados ao processo de urbanização dos lugares, onde, tanto a “produção capitalista do espaço”, quanto a “urbanização extensiva”, como elementos econômicos e geográficos, quanto a “planificação urbana” e o “movimento social urbano”, como elementos político-sociais, se associam neste processo. Este caminho indica a imanência “d’ornitorrinco” no processo de urbanização dos lugares.

Posto determinadas definições sobre o conceito do urbano, acrescido de organismos evolutivos que incidem sobre o processo de desenvolvimento dos lugares, a qual, configura a noção do “atraso” e do “avanço” discutidos anteriormente, sobre o nome “d’ornitorrinco”, poderemos avançar e definir o conceito de ornitorrinco urbano, que não apenas atualiza o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013), mas também que simplifica o debate sobre o subdesenvolvimento, como mais uma forma de expressão urbana presente.

**3. ORNITORRINCO URBANO**

No plano teórico, temos como influência tanto o conceito “d’ornitorrinco”, sobre a crítica do subdesenvolvimento como ferramenta da política desenvolvimentista brasileira pós-segunda guerra, num contexto de luta de classes e transformação da economia agrário exportadora para urbano-industrial. Mas também bebemos da fonte lefebvriana sobre o direito à cidade, que surge exatamente como resposta as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana (LEFEBVRE, 2016). E aqui se formula o conceito d’ornitorrinco urbano, agora sem aspas.

O termo d’ornitorrinco urbano nasce enquanto termo no amadurecimento do pensamento sobre a cidade, e mais especificamente, em como as modificações empíricas do pensamento da cidade recente influenciou em suas diferentes definições, isto é, o significado da cidade orientado por uma práxis urbana do morar e do habitar, está associado a uma ordem econômica posta historicamente, redefinindo não apenas o conceito da cidade e o cotidiano do homem citadino, mas também suas geografias ambientais e sociais como um todo. Paralelamente, o sentido proposto d’ornitorrinco articula o próprio desenho da cidade, seus espaços e lugares, uma vez que considera o processo moderno das relações produtivas e do consumo, ao passo em que também trata da cidade como espaço de vivência, encontro e sociabilidade, as quais, não necessariamente, se moldam na mesma velocidade e substância do “moderno”.

Se se pretende apresentar o conceito da cidade, embora não seja o objetivo deste artigo, precisamos entender que não existe um entendimento homogêneo de sua definição, ou seja, os diferentes níveis de desenvolvimento das estruturas econômicas dos lugares, são, por sua vez, influenciados pelas variáveis da sociedade, em que pese, suas condições sociais, ambientais e político-institucionais, que irão orientar diretamente na definição da cidade. Atentos a esse aspecto, à sua maneira Marx (2007) e Lefebvre (1999; 2016) ou ainda Harvey (1980; 2005; 2014) e Rolnik (1995; 2019) convergem na compreensão no que diz respeito a cidade e o urbano.

Embrionado pelo pensamento da cidade, surge o ornitorrinco urbano, e sua definição se postula na dissertação teórica sobre as vicissitudes contemporâneas que permeiam os organismos intrassetoriais, responsáveis pela organização do espaço construído, e da interação desses elementos, que paradoxalmente irá definir as dinâmicas presentes, quer seja do aparelho do Estado, na perspectiva das políticas públicas, quer seja dos aspectos geográficos, da produção do espaço.

Nos resta então, apresentar em quais tópicos o conceito d’ornitorrinco urbano atualiza as características de uma sociedade recente, penetrada aos preceitos capitalistas, e marcado pela financeirização das coisas e dos lugares. Esta reconfiguração do conceito “d’ornitorrinco”, está articulada, ao relacionamento do subdesenvolvimento brasileiro sob a noção de espaço, isto é, partimos do princípio que o desenvolvimento urbano-industrial impactou significativamente na organização territorial, logo, o ornitorrinco urbano insere-se na crítica de se interpretar os fenômenos espaciais derivados deste processo, atrelado a questionamentos políticos, econômicos e sociais, ao qual o “ornitorrinco” se orienta.

Primeiramente, precisamos apontar o que nos levou a incluir o “urbano” ao conceito “d’ornitorrinco”. Como já elucidamos o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013) surge como tentativa de se interpretar a formação econômica do Brasil, ou seja, nesse eixo teórico, se encontra a noção do “atraso” social como alimento do “avanço” de mercado, representado tanto pelo barateamento da oferta de mão-de-obra quanto pela capital de excedentes e a consequente urbanização dos lugares. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para aludir sobre o que vem através do processo de urbanização, tal qual, Lefebvre (2016, p. 19) apontou como resposta ao processo de “implosão-explosão da cidade” pelo fenômeno urbano. O sentido de urbano também se atrela à centralidade do espaço urbano na lógica do sistema socioeconômico e político-institucional da financeirização do capital, na medida em que este espaço se torna proeminente dos mecanismos de resistência aos signos disputados no desenvolvimento do próprio espaço.

Isso posto, podemos compreender como o conceito d’ornitorrinco urbano pode ser utilizado na definição empírica dos lugares. Metodologicamente este conceito surge como uma metáfora que ajuda a sumarizar as “novas” dinâmicas da sociedade, derivados do processo de industrialização e urbanização, que por sua vez, não foram suficientes para suprimir as deficiências socioespaciais derivados deste processo. Pelo contrário, a abertura industrial na segunda metade do século XX, a longo prazo, trouxe consigo novas dificuldades infraestruturais, habitacionais e socioambientais. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para definir o resultado do “avanço” do setor econômico, alimentado pelo “atraso” das dificuldades sociais, onde o inverso também pode ser considerado.

O espaço urbano, portanto, tem ressignificado seu alcance e limite nas configurações do “atraso” e do “moderno”, em que estes constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-partícipes de uma lógica própria que situa um espaço urbano de negócios e investimentos com alta circulação de capital especulativo. Ao mesmo tempo, trata-se de um espaço urbano nocivo e reativo às pessoas, àqueles que demandam direito à cidade, em termos de acesso, moradia, pertencimento e trabalho.

Em especial, os mecanismos do capital na lógica do sistema de financeirização ditam a organização do espaço urbano, em decisões pró mercado ou, no linguajar midiático, que “animam” ou “agradam” o mercado (como se este fosse um ser dotado de sentimento). Assim, mercados assumem a liderança na proposição de normativas em que o Estado delimita o acesso e regulação da cidade. Estas normativas pensam a cidade como espaço de negócios e exploração do trabalho e do espaço urbano em si – aqui se travam batalhas por normativas “modernas” de “simplificação” ou “desregulação”, mas que, ao cabo dos indivíduos, reforçam mecanismos “arcaicos” de exploração do trabalho e expropriação do lucro e excedente. É notório, assim, o “moderno” e o “arcaico” redefinido, conjuntamente, num processo. Não podem, em última instância, serem lidos individualmente.

Esta forma não pode igualmente ser considerada “híbrida”, uma vez que os dois elementos não atuam separadamente e, não necessariamente, podem ser lidos um sem o outro. A partir da inspiração em Fernandes (2005), Furtado (2009) e Marini (2012), o ornitorrinco urbano é uma formação específica que caracteriza as nações em desenvolvimento do último quarto do século XX e não uma etapa do processo de desenvolvimento das cidades, sobretudo, as localizadas na ordem periférica do sistema internacional da divisão do trabalho.

Por fim, como o título deste trabalho sugere, o ornitorrinco urbano surge como mais uma forma de expressão urbana do espaço e da cidade. Logo, as “ruralidades”, a “urbanização extensiva”, a “produção capitalista do espaço”, a “planificação urbana” e o “movimento social urbano”, aparecem como sintomas oriundo do desenvolvimento industrial, ou ainda como meio para o desenvolvimento urbano presente. Portanto, sintetizamos em um só termo, a noção do subdesenvolvimento, ao qual o ornitorrinco urbano se associa enquanto conceito.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou contribuir sobre o entendimento do espaço e da cidade sobre a noção d’ornitorrinco urbano como metáfora de análise das condições da sociedade contemporânea, seguidos de suas características políticas, econômicas e sociais, convenientes à discussão sobre o “avanço” econômico e “atraso” das condições sociais.

A responsabilidade de teorizar sobre as estratégias político-econômicas em comunhão a comportamentos socioambientais do Brasil, trazendo consigo um profundo debate de como se resolve as instâncias hierárquicas dos lugares, aqui classificados pelas dimensões de ruralidade e urbanização dos lugares, provoca a necessidade de uma crítica teórica muito cara no campo do desenvolvimento territorial e regional, junto aos estudos técnico-científicos da grande área do campo de públicas.

Isso posto, podemos compreender que o ornitorrinco urbano, para além de ser apenas um termo de referência do evolucionismo territorial recente, aqui está vinculado uma série de questionamentos teóricos da arena de discussão do espaço e da cidade muito frutífero à sua composição enquanto conceito, isto é, a essencialidade do debate sobre o rural e o urbano, ao passo que questiona todo o processo conceitual sobre o ornitorrinco urbano, irá também contribuir para novas perspectivas de apresentação do termo e sua práxis urbana, legitimando ainda mais sua aplicação enquanto conceito sociológico.

Por fim podemos reforçar que o ornitorrinco urbano, assim como outras abordagens teóricas que se esforçam em interpretar os fenômenos sociais, não se esgotam em si mesmo, ou seja, a continuidade empírica e teórica dos estudos sobre as complexidades que eclodem junto ao processo de urbanização, tornam-se cada vez mais fundamentais para a compreensão de mundo, factibilizando uma perspectiva de pensamento presente e possibilidades futuras.

**REFERÊNCIAS**

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

CAPEL, Horácio. **La definición de lo urbano**. Reproduzido de Estudios Geográficos. 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique e Enzo Faletto. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasilieira, 2004.

CARPINTERO, Antônio Carlos. **Brasília: algumas notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** REIS, N.G. e M.S TANAKA. Brasil, estudos sobre a dispersão urbana. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. 213-230.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

COGGIOLA, Oswaldo. **Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado**. Novos rumos. 19. v. 42, 2004. 4-23.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 79-103.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. São Paulo: Globo, 2005.

FRASER, Nancy. **Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism**. Critical Historical Studies. 2. Vol. 2, 2015. 157-189. Disponível em:. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/683054> Acesso em: 30 de novembro de 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto (Centro Internacional Celso Furtado), 2009.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_. **Cidades Rebeldes** - do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAGEYAMA, Angela A. **Rural e Ruralidade**. KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.

LIMONAD, Ester. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?**. Revista Formação, 2007. 31-45.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular (Coleção Pátria Grade), 2012.

MARX, Karl e FRIEDRICH Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Rural e urbano no Brasil:** marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea. 1. Vol. 4, 2014. 117-142.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento:** um olhar ambiental. Milton Santos, Roberto Luís de M. Monte-Mór. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. 169-181.

\_\_, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, O ornitorrinco**. 1ª. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

REIS, N.G. **Notas sobre Urbanização Dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

TROTSKY, Leon. **Histoire de la Révolution Russe**. Paris: Février, 1978.

VEIGA, José Eli da. **Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 1. Vol. 3, 2006. 123-149.

WANDERLEY , Maria e Arilson Favareto. **A Singularidade do Rural Brasileiro:** Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas.” Miranda, C. e H. (orgs.) Silva. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. 413-464.